

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS**

ANTÔNIO DO NASCIMENTO SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

**Rio Branco-AC
2026**

ANTÔNIO DO NASCIMENTO SILVA

**A PERCEÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras Libras da Universidade Federal do
Acre, como requisito parcial para obtenção
do título de licenciado em Letras Libras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseane de Lima
Martins

**Rio Branco-AC
2026**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S586p Silva, Antônio do Nascimento, 1984 -

A percepção dos gestores escolares do município de Rio Branco frente à inclusão do aluno surdo no Ensino Fundamental II / Antônio do Nascimento Silva; Orientadora: Dr^a. Joseane de Lima Martins. - 2026.
60 f.: il.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Acre, Centro de Educação, Letras e Artes, Licenciatura em Letras Libras, Rio Branco, 2026.

Inclui referências bibliográficas e apêndice.

1. Alunos surdos. 2. Gestores escolares. 3. Inclusão. I. Martins, Joseane de Lima (Orientador). II. Título.

CDD: 419

Bibliotecária: Nádia Batista Vieira CRB-11º/882

ANTÔNIO DO NASCIMENTO SILVA

**A PERCEPÇÃO DOS GESTORES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Acre, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras Libras.

Aprovado em 16 de Março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Joseane de Lima Martins
Orientadora - Universidade Federal do Acre – UFAC

Prof^a Dr^a Ivanete de Freitas Cerqueira
Universidade Federal do Acre – UFAC

Prof.^a Dr^a Vivian Gonçalves Louro Vargas
Universidade Federal do Acre – UFAC

**Rio Branco-AC
2026**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que foi meu sustento em todos os momentos, concedendo-me força, sabedoria e serenidade para superar os desafios ao longo desta caminhada acadêmica.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado com amor, paciência e incentivo, sendo minha base emocional e meu maior apoio nos momentos de dificuldade e de conquista.

Aos meus professores, expresso minha profunda gratidão pelo conhecimento compartilhado, pela dedicação, orientação e compromisso com a formação humana e profissional, que contribuíram de maneira significativa para meu crescimento acadêmico e para a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me concedido força, sabedoria, saúde e perseverança ao longo de toda esta caminhada acadêmica, guiando-me nos momentos de dificuldade e permitindo a concretização deste trabalho.

À minha família, expresso minha profunda gratidão pelo amor, apoio incondicional, paciência e incentivo constantes, que foram essenciais para que eu seguisse firme até esta conquista.

Aos professores, agradeço pelo conhecimento compartilhado, pela dedicação, orientação e compromisso com a formação acadêmica e humana, que contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional. Aos amigos, meu sincero agradecimento pelo companheirismo, incentivo e apoio emocional, tornando essa trajetória mais leve.

À Universidade, agradeço pela oportunidade de aprendizado, pela estrutura oferecida e por proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento acadêmico e à realização deste trabalho.

A todos que de forma direta ou indireta, fizeram parte desta caminhada e contribuíram para a realização deste TCC, minha sincera gratidão.

“A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas.”

Maria Teresa Eglér Mantoan

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as percepções e estratégias adotadas pelos gestores escolares no contexto da inclusão de alunos surdos, buscando compreender suas atitudes, os desafios enfrentados e as boas práticas implementadas nesse processo. O problema de pesquisa formulado foi: *Quais as percepções, atitudes e estratégias adotadas pelos gestores escolares ao lidarem com a inclusão de alunos surdos?* Para fundamentar a discussão, no âmbito da educação inclusiva, são utilizados autores como Mantoan (1988, 2015), Mazzotta (1982), Sasaki (1999), além de documentos e declarações que normatizam as questões relacionadas à educação inclusiva. No que tange à gestão escolar, a fundamentação baseia-se em autores como Libâneo (2003) e Veiga (2009). A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, estudo de caso e caráter descritivo. Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de uma pesquisa de campo, realizada por meio da aplicação de um questionário *online*. Assim, o estudo foi conduzido em instituições distintas, tendo como participantes gestores escolares. Os resultados indicam que diante dos dados analisados, foi possível constatar que os gestores reconhecem a inclusão de alunos surdos como um elemento fundamental para construção de uma escola mais democrática e comprometida com o direito à educação. Conclui-se, que os principais desafios enfrentados pelos gestores referem-se à formação continuada dos docentes, ainda insuficiente e pouco sistematizada, bem como às limitações estruturais e de recursos humanos, especialmente, quanto à disponibilidade de intérpretes de Libras e à efetivação da educação bilíngue para estudantes surdos.

Palavras-chave: alunos surdos. gestores escolares. inclusão.

ABSTRACT

This research aims to investigate the perceptions and strategies adopted by school administrators in the context of the inclusion of deaf students, seeking to understand their attitudes, the challenges they face, and the good practices implemented in this process. The research problem formulated was: What are the perceptions, attitudes, and strategies adopted by school administrators when dealing with the inclusion of deaf students? To support the discussion within the field of inclusive education, authors such as Mantoan (1988, 2015), Mazzotta (1982), and Sasaki (1999) are used, in addition to documents and declarations that regulate issues related to inclusive education. Regarding school management, the theoretical framework is based on authors such as Libâneo (2003) and Veiga (2009). The research is of an applied nature, with a qualitative approach, characterized as a case study with a descriptive focus. Concerning methodological procedures, it is a field research conducted through the application of an online questionnaire. Thus, the study was carried out in different institutions, with school administrators as participants. The results indicate that, based on the analyzed data, it was possible to observe that administrators recognize the inclusion of deaf students as a fundamental element for building a more democratic school committed to the right to education. It is concluded that the main challenges faced by administrators are related to the continuing education of teachers, which is still insufficient and poorly systematized, as well as structural and human resource limitations, especially regarding the availability of sign language interpreters and the effective implementation of bilingual education for deaf students.

Keywords: deaf students. school administrators. Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Excerto 1: Sobre Formação Inicial e Específica.....	27
Excerto 2: Sobre Tempo de atuação	29
Excerto 3: Sobre percepção dos gestores	30
Excerto 4: Estratégias Pedagógicas	31
Excerto 5: Prática bem-sucedida	33
Excerto 6: formação continuada	35
Excerto 7: Desafios enfrentados na inclusão	36
Excerto 8: Sobre os recursos.....	37
Excerto 9: Avaliação sobre a formação da equipe docente.....	39
Excerto 10: Avaliação políticas públicas.....	40
Excerto 11: Políticas públicas na inclusão	41

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CAS – Centro de Apoio ao Surdo

EAD – Educação a Distância

L1 – Libras com Primeira Língua

L2 – Língua Portuguesa Escrita como Segunda Língua

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NEEs – Necessidades Educacionais Específicas

PCDs – Pessoas com Deficiência

PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PPP – Projeto Político Pedagógico

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TGDs – Transtornos Globais do Desenvolvimento

TILS – Tradutores e Intérpretes de Libras

UFAC – Universidade Federal do Acre

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VDP – Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento Profissional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIRETRIZES:	17
2.2. A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: CONCEITOS E PRÁTICAS	19
2.3 O PAPEL DOS GESTORES ESCOLARES NA INCLUSÃO.....	20
2.4 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS.....	21
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 DOS PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO, COLETA, SELEÇÃO DOS DADOS	25
4 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS GESTORES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.....	27
4.1 ATITUDES E OPINIÕES DOS GESTORES.....	27
4.2 PERCEPÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO	29
4.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GESTORES PARA PROMOVER A INCLUSÃO.....	31
4.3.1 Práticas pedagógicas e recursos utilizados	31
4.3.2 Parcerias e ações de apoio	32
4.3.3 Formação e capacitação de professores	34
4.4 DESAFIOS ENFRENTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS.....	36
4.4.1 Barreiras institucionais e estruturais	36
4.4.2. Dificuldades na formação de professores.....	38
4.5 QUESTÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA E RECURSOS	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	48

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios que os gestores das instituições de ensino enfrentam é a inclusão escolar de alunos surdos, especialmente quando se trata de garantir seus direitos educacionais para que eles tenham acesso a uma educação de qualidade em uma escola regular. A busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, que considere as diferenças linguísticas, culturais e comunicativas dos alunos surdos, requer não só mudanças nas práticas pedagógicas e no currículo, mas também transformações significativas na estrutura e na administração escolar.

Ao longo da história, o sistema educacional brasileiro vinha segregando os estudantes com deficiência em instituições especializadas, o que os impedia de conviver com os demais alunos. Apenas nas últimas décadas, com o apoio de políticas públicas e movimentos sociais, o país começou a adotar uma abordagem inclusiva, na qual o aluno surdo deixou de ser visto apenas sob uma perspectiva clínica e passou a ser incluído, inclusive, em escolas comuns.

Essa mudança de paradigma é respaldada por documentos legais, incluindo a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e outros são somados à Declaração de Salamanca (1994) e à Convenção dos direitos da pessoa com deficiência. Todos foram tratados nos anos 1990, quando legitimaram a defesa de todos estarem e conviverem na escola comum.

Porém, conforme observa Mazzotta (1982), a simples colocação desses estudantes em salas regulares não assegura a inclusão efetiva, uma vez que “a inclusão implica reconhecer e respeitar as particularidades do aluno, garantindo-lhe recursos e metodologias adequadas à sua aprendizagem” (Mazzotta, 1982, p. 49).

A inclusão do aluno surdo requer uma abordagem cuidadosa e diferenciada, pois envolve elementos específicos ligados à comunicação e à cultura surda. De acordo com Mantoan (2015), a inclusão de alunos surdos requer a compreensão da escola como um local de interação entre indivíduos diversos, onde todos têm o direito de participar e aprender: “incluir é transformar a escola em um ambiente onde a diversidade é valorizada, e não apenas tolerada” (Mantoan, 2015, p. 26). Mantoan (1988) já havia destacado que o processo de integração, frequentemente confundido com inclusão, era, de fato, restrito. Isso porque ele preservava a estrutura tradicional

da escola, apenas adaptando os alunos a ela, em vez de fomentar mudanças significativas no sistema educacional.

O modelo de escola inclusiva requer uma nova atitude dos administradores escolares. Eles têm a responsabilidade de coordenar recursos, fomentar a formação continuada, assegurar os Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS), adaptar materiais e criar, em colaboração com a comunidade escolar, um ambiente receptivo e acessível. De acordo com Sasaki (1999), a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige mudanças nas práticas pedagógicas, na gestão educacional e nas interações sociais, de modo a respeitar as singularidades dos estudantes e favorecer o desenvolvimento de seu potencial. Para que isso se concretize, é fundamental eliminar barreiras de diferentes naturezas, como arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e pedagógicas.

Dessa maneira, a gestão escolar deve basear sua atuação no contexto da inclusão em princípios democráticos, colaborativos e participativos. Libâneo (2003) defende que a administração educacional precisa criar condições concretas para a inclusão, comprometendo-se com a equidade e com o desenvolvimento integral dos estudantes. Segundo o autor, “a gestão democrática está ligada à construção coletiva do projeto pedagógico e à superação das desigualdades educacionais” (Libâneo, 2003, p. 50). Em outras palavras, não é suficiente apenas registrar os alunos surdos nas estatísticas de matrícula; é necessário assegurar que eles aprendam, participem e se desenvolvam de forma integral.

Desse modo, é necessário repensar a escola como um local de diálogo e escuta, onde o gestor desempenha o papel de mediador entre as demandas dos estudantes e os recursos disponíveis na instituição. Segundo Veiga (2009), o papel do gestor vai além das funções administrativas, abrange também aspectos pedagógicos e éticos. Ela declara que “a elaboração do projeto político-pedagógico inclusivo demanda o engajamento de toda a comunidade escolar, principalmente, dos gestores, enquanto líderes do processo educacional” (Veiga, 2009, p. 77). Nesse cenário, é fundamental investigar a perspectiva dos gestores em relação à inclusão de alunos surdos para entender as práticas adotadas e os obstáculos enfrentados no dia a dia escolar.

Diante disso, tornou-se necessário realizar um estudo em Rio Branco, capital do Acre, a fim de analisar a inclusão de estudantes surdos, bem como identificar os avanços e os obstáculos existentes nesse processo, desse modo, dois gestores

aceitaram responder o questionário e colaborar com a pesquisa. Sabe-se que, apesar das diretrizes e esforços das instituições de ensino, a falta de Tradutores-Intérpretes de Libras em tempo integral, a carência de capacitações para docentes e gestores, além da ausência de materiais acessíveis, comprometem a garantia de uma educação de qualidade para esses alunos. Este estudo, ao considerar a perspectiva dos gestores, procura identificar tanto os desafios que eles enfrentam quanto às estratégias e boas práticas que têm ajudado a criar uma escola mais justa e inclusiva.

Destarte, é essencial analisar a inclusão escolar de alunos surdos sob a perspectiva da gestão educacional para fortalecer as políticas públicas que asseguram o direito à educação e à cidadania. A verdadeira inclusão só ocorrerá quando todos os indivíduos na escola se tornarem corresponsáveis pela transformação do ambiente escolar em um local acessível, democrático e plural, onde a diversidade seja vista como uma força, e não como um empecilho.

Nesses termos, para alcançar as metas deste trabalho de pesquisa, definiu-se como objetivo geral: investigar as percepções e estratégias dos gestores escolares em relação à inclusão de alunos surdos, buscando compreender suas atitudes, desafios e boas práticas nesse processo.

Como objetivos específicos, buscou-se:

- Identificar as percepções dos gestores escolares sobre a inclusão de alunos surdos, identificando seus desafios;
- Conhecer as estratégias adotadas pelos gestores para promover a inclusão de alunos surdos nas escolas; e
- Analisar as principais práticas inclusivas desenvolvidas para o acesso e permanência dos alunos surdos.

A escolha por este tema de pesquisa se deu em decorrência da importância de promover a inclusão escolar de estudantes surdos, uma questão central para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A relevância do tema foi evidenciada durante a realização da disciplina de Estágio I, em uma escola de Ensino Fundamental II, onde foram identificadas algumas dificuldades relacionadas ao processo de inclusão, especialmente no que diz respeito à interação entre gestores e corpo docente, que trouxe como problematização: quais são as percepções, atitudes e estratégias adotadas pelos gestores escolares ao lidarem com a inclusão de alunos surdos?

Diante deste cenário, a atuação dos gestores escolares é fundamental para a criação de uma escola inclusiva. Eles são encarregados de estruturar as condições institucionais, fomentar a formação continuada da equipe, coordenar os recursos humanos e materiais e, principalmente, assegurar que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola atenda às necessidades particulares dos alunos surdos. Como afirmam Mantoan (2015) e Libâneo (2003), a gestão escolar é estratégica para transformar a escola em um ambiente de acolhimento à diversidade e de superação das barreiras educacionais.

Assim, optar por concentrar-se na inclusão de alunos surdos também é justificado pela particularidade das dificuldades enfrentadas por esse grupo, que abrange não somente a acessibilidade física e educacional, mas principalmente, a comunicação e a linguagem. A perspectiva socio-linguística-cultural não se resume a uma deficiência auditiva, é uma diferença linguística e cultural que demanda o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como meio de instrução e comunicação nas instituições de ensino. Mazzotta (1982) já advertia sobre o perigo de abordagens pedagógicas que desconsideram as particularidades dos estudantes com deficiência, afirmando que “a simples presença física do aluno surdo na escola não garante sua efetiva inclusão e aprendizagem” (Mazzotta, 1982, p. 49).

Diante do exposto, tornou-se necessário avaliar, no município de Rio Branco, capital do Acre, a realidade educacional vivenciada, bem como os desafios específicos relacionados à inclusão, tais como a insuficiência de recursos especializados, a escassez de Tradutores Intérpretes de Libras em tempo integral e a carência de formação adequada dos profissionais da educação para atender às demandas de aluno surdos. A escolha por investigar a perspectiva dos gestores justifica-se pela importância de compreender como esses profissionais percebem, enfrentam e conduzem o processo de inclusão, identificando obstáculos e possibilidades a partir de sua atuação direta na gestão escolar.

Ademais, o Ensino Fundamental II representa uma fase crucial da escolarização, caracterizada por uma maior complexidade curricular, necessidade de diversos professores e maior abstração dos conteúdos, o que pode tornar ainda mais desafiadora a inclusão efetiva dos estudantes surdos. A análise das estratégias empregadas pelas escolas e dos obstáculos enfrentados pelos gestores para assegurar o acesso, a permanência e o aprendizado significativo desses alunos pode ser aprofundada ao se estudar esse segmento específico.

A importância desta pesquisa reside na capacidade de apoiar práticas de gestão escolar mais eficientes, auxiliar na criação de políticas públicas locais e fomentar reflexões sobre a formação de gestores dedicados à inclusão. Isso contribui para a criação de uma escola verdadeiramente democrática, acessível e receptiva para todos os alunos, sem exceção.

Este estudo está organizado em quatro (4) capítulos como: antecedido por esta no primeiro capítulo, temos a introdução, delimitação do tema, as problemáticas, hipótese, objetivo geral e objetivos específicos e a justificativa do presente trabalho.

O segundo capítulo, refere-se à revisão de literatura, contemplando os fundamentos da educação inclusiva e suas diretrizes, com destaque para a inclusão dos alunos surdos, seus conceitos e práticas. Além disso, discute-se o papel dos gestores escolares na efetivação da inclusão e os principais desafios e estratégias apontados pela literatura para a implementação de práticas inclusivas.

Além disso, no terceiro capítulo, temos a metodologia empregada, descrevendo o tipo de pesquisa que consiste em um estudo de cunho bibliográfico, documental e estudo caso, com abordagem qualitativa. Também aborda o perfil dos participantes gestores escolares, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e os procedimentos adotados na análise das informações que serão obtidas, no subtítulo 3.1 dedica-se à descrição dos procedimentos de produção, coleta e seleção dos dados, assim como das contribuições esperadas decorrentes da pesquisa.

No capítulo quatro, são analisadas as percepções dos gestores escolares acerca da inclusão de alunos surdos, destacando-se suas atitudes, opiniões e compreensões sobre a importância da educação inclusiva. As falas e posicionamentos evidenciam que a postura do gestor influencia significativamente o clima escolar e a forma como a inclusão é operacionalizada no cotidiano da escola. Observa-se que, quando os gestores reconhecem a inclusão como um direito e como um valor social, há maior abertura para a implementação de práticas pedagógicas acessíveis e para o fortalecimento de uma cultura institucional pautada no respeito à diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Nesse capítulo, aprofunda a análise ao abordar as estratégias adotadas pelos gestores para viabilizar a inclusão. São discutidas as práticas pedagógicas e os recursos utilizados, as parcerias estabelecidas e as ações de apoio desenvolvidas no âmbito escolar. Destaca-se o papel da gestão no incentivo à adaptação curricular, no uso de recursos visuais e tecnológicos, na garantia do apoio de intérpretes de Libras

e na promoção do trabalho colaborativo entre professores, profissionais especializados e famílias. Além disso, evidencia-se a importância da formação e capacitação docente como estratégia central para a consolidação de práticas inclusivas, ressaltando que o investimento na formação continuada contribui para maior segurança e autonomia dos professores no atendimento aos alunos surdos.

Por sua vez, o capítulo apresenta os principais desafios enfrentados pelos gestores escolares na implementação das práticas inclusivas. Entre os obstáculos identificados, destacam-se as barreiras institucionais e estruturais, as dificuldades relacionadas à formação dos professores e as limitações quanto à infraestrutura e à disponibilidade de recursos humanos. Tais desafios revelam que, apesar do reconhecimento da importância da inclusão e da existência de iniciativas voltadas à sua promoção, ainda há entraves que dificultam sua efetivação plena, exigindo maior comprometimento das políticas públicas, investimentos contínuos e fortalecimento da gestão escolar.

Por fim, temos as considerações finais que apresentam a síntese dos principais resultados do estudo, retomando os objetivos propostos e destacando as contribuições da pesquisa para a compreensão da inclusão de estudantes surdos, bem como suas implicações para a prática educacional e para futuras investigações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, muito se discute acerca do funcionamento da educação inclusiva no Brasil, tendo em vista que na realidade brasileira contemporânea grandes são os desafios para atender as reais necessidades dos alunos público-alvo da educação especial inclusiva. Pensando nessa perspectiva, o quadro teórico a seguir traz alguns referenciais que abordam a educação inclusiva, suas diretrizes e inclusão dos alunos surdos: conceitos e práticas, o papel dos gestores na inclusão e os desafios e estratégias na implementação de práticas inclusivas.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIRETRIZES

A educação inclusiva é um conceito que quebra os modelos segregadores e sugere uma escola que aceita a diversidade em sua totalidade. Trata-se de uma abordagem educacional que promove a inclusão, participação e aprendizado de todos os estudantes no ensino regular, sem distinções baseadas em características físicas, sensoriais, intelectuais, culturais ou sociais (Mantoan, 2006). Além de possibilitar a entrada de estudantes com deficiência em salas regulares, a inclusão requer transformações estruturais e pedagógicas no contexto escolar.

A Declaração de Salamanca contribuiu para a popularização do termo Educação Inclusiva (UNESCO, 1994), um documento de referência internacional onde o Brasil é signatário na área que sustenta a inclusão de todas as crianças na escola regular, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, educacionais, linguísticas e assim por diante. Porém, é algo que ainda necessita de políticas públicas que atendam realmente às especificidades dos alunos pelas instituições educacionais.

Dessa forma, Mantoan (2015), destaca que a capacitação de docentes para a educação inclusiva ainda se depara com obstáculos consideráveis, uma vez que a complexidade da reestruturação da educação especial não foi totalmente entendida por gestores e criadores de políticas públicas. Essa deficiência na formação tem levado à demanda por cursos de especialização e à necessidade de incluir a disciplina de Educação Inclusiva nos currículos de formação de professores. Segundo a autora, é essencial criar uma habilitação específica nos cursos de licenciaturas, para assegurar que os profissionais estejam mais capacitados para lidar com a diversidade

nas escolas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação devem ter acesso gratuito ao atendimento educacional especializado. Esse atendimento deve ser oferecido de maneira transversal em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, com prioridade na rede regular de ensino (Brasil, 1996). Assim como também deve haver a formação continuada para atender o público-alvo, porém no contexto atual temos realidade bem distante que é proposta pela lei.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008), o movimento global em prol da educação inclusiva representa uma iniciativa de caráter político, cultural, social e pedagógico, voltada para garantir o direito de todos os estudantes de aprenderem e conviverem, sem sofrer qualquer forma de discriminação. Desse modo, faz-se necessário implementar um currículo que apoie realmente o estudante surdo em direitos de igualdade.

A educação inclusiva baseia-se em um novo modelo educacional, alicerçado nos direitos humanos, que reconhece a igualdade e a diversidade como princípios inseparáveis (Brasil, 2008). Esse modelo vai além da simples igualdade formal, ao considerar os contextos históricos que geram exclusão tanto dentro quanto fora do ambiente escolar (PNEEPEI, 2008). Essa abordagem tem causado mudanças significativas no cenário educacional, particularmente para os estudantes surdos, cujos paradigmas educacionais se transformaram de instituições especializadas para a integração em turmas regulares com suporte específico.

No entanto, de acordo com Sasaki (1999), a inclusão não deve ser vista como a mera colocação de alunos com deficiência em salas de aula regulares sem a preparação ou apoio adequados. Também não é uma questão de desconsiderar as demandas particulares de cada estudante, fazendo escolhas apenas com base no tipo de deficiência. A prática inclusiva deve evitar colocar os alunos em situações de risco desnecessárias e não pode exigir mais dos professores e das instituições de ensino do que elas são capazes de oferecer. Ademais, é fundamental assegurar a participação dos pais nas decisões pedagógicas e evitar limitar a convivência dos alunos com deficiência apenas a atividades especiais, ignorando suas necessidades educacionais reais.

2.2. A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: CONCEITOS E PRÁTICAS

No Brasil, as políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas surdas têm se respaldado a partir da Lei n.º 10.436/2002 que confirma a Libras como forma legal de comunicação e expressão de pessoas surdas. Essa Lei têm se fortalecido através do Decreto n.º 5.626/2005, cujo marco regulatório determina a obrigatoriedade de incluir a Libras nos cursos de formação de professores e disponibilizar tradutores intérpretes de Libras. No entanto, a sua implementação ainda enfrenta grandes desafios, como a ausência de profissionais capacitados e a falta de recursos adaptados (Silva, 2024).

Nesse sentido, Uzêda (2019, p. 37) destaca que, apesar da oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) pela Lei n.º 10.436/2002 e pelo Decreto n.º 5.626/2005, bem como da previsão legal da atuação de tradutores intérpretes de Libras, a realidade das escolas brasileiras ainda não atende plenamente a essas exigências. Ainda segundo a autora muitas instituições de ensino não possuem esse profissional ou não têm um número adequado de tradutores intérpretes de Libras para atender às diversas necessidades de aprendizagem dos alunos surdos, o que dificulta o acesso deles ao conhecimento.

Conforme, Silva *et al.* (2025 p. 3), a adoção de práticas pedagógicas inovadoras é fundamental para a efetiva inclusão de estudantes surdos. Entre essas práticas, destacam-se o uso de recursos imagéticos, como vídeos, infográficos e materiais visuais que contribuem para a compreensão dos conteúdos; o uso de tecnologias assistivas, como aplicativos e plataformas digitais voltadas à aprendizagem de Libras e do português escrito; e a presença do tradutor intérpretes de Libras nas salas de aula, possibilitando a comunicação entre professores e alunos.

No entanto, a escola inclusiva deve estar pronta para receber os alunos surdos não somente do aspecto pedagógico, mas também estrutural. Isso implica que a acessibilidade precisa ser assegurada em todos os elementos, como a sinalização em Libras nos ambientes escolares, recursos pedagógicos bilíngues e a modificação das avaliações para que considerem as particularidades linguísticas dos alunos surdos

(Silva *et al.*, 2025, p. 4). Assim, a escola se transforma em um ambiente genuinamente inclusivo, fomentando a equidade no ensino.

2.3 O PAPEL DOS GESTORES ESCOLARES NA INCLUSÃO

De acordo com Veiga (2014), na perspectiva da educação inclusiva, é essencial que o gestor escolar atue com base em estudos que ajudem a criar práticas eficazes focadas na valorização da diversidade. Isso significa adotar uma gestão democrática verdadeiramente dedicada à inclusão, o que demanda mudanças nos projetos escolares. O foco deve ser a melhoria da proposta pedagógica, o progresso da aprendizagem dos alunos e a busca por recursos didáticos e estratégias de ensino que beneficiem os estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), a Educação Especial é uma modalidade de ensino focada no público-alvo específico (PCDs, altas habilidades, TGDs), oferecendo suporte especializado, geralmente no contraturno (AEE); já a Educação Inclusiva é uma abordagem mais ampla, que visa a participação e convivência de todos os alunos (com ou sem deficiência) no mesmo ambiente regular, adaptando o sistema para acolher a diversidade e remover barreiras. A Educação Especial configura-se, portanto, como um suporte fundamental para efetivação da educação inclusiva. O cumprimento dessa diretriz exige uma reestruturação do sistema educacional, abrangendo diversos aspectos da escola, com ênfase no papel do gestor, cuja atuação vai além das responsabilidades administrativas. Para que a inclusão seja realmente alcançada, é preciso reavaliar a formação dos profissionais, o currículo e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. (Veiga 2014).

Segundo Chaves *et al.* (2020), o gestor escolar exerce uma função central na dinâmica da escola, sendo responsável por articular os processos educativos, estabelecer os objetivos institucionais, fomentar a capacitação docente e viabilizar a implementação de projetos voltados à inclusão. Ainda segundo os autores, cabe ao gestor coordenar as ações pedagógicas e administrativas, direcionando a instituição para que seus objetivos estejam em consonância com a proposta de inclusão. Ademais, ele é encarregado de promover a formação contínua dos docentes, o que é essencial para que eles estejam prontos para enfrentar a diversidade no contexto escolar. Por último, é responsabilidade do gestor implementar projetos de educação

inclusiva, assegurando que as políticas educacionais sejam efetivadas no ambiente escolar.

2.4 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS.

A inclusão de estudantes surdos em contextos educacionais inclusivos não apenas demonstra uma mudança significativa no contexto atual, mas também traz desafios práticos e pedagógicos. Dentre os principais desafios, destacam-se as barreiras à comunicação em salas de aula que são priorizadas pela oralidade, na qual as demandas particulares de comunicação dos estudantes surdos muitas vezes não recebem a atenção necessária.

Os alunos surdos encontram obstáculos consideráveis na sala de aula, particularmente no que diz respeito a fazer anotações, mesmo com o suporte de dispositivos extras. Nesse cenário, a presença de um tradutor intérprete de Libras é essencial, não somente para facilitar o acesso ao conteúdo, mas também para permitir que esses alunos participem ativamente de diversas maneiras com o material didático, o que é fundamental para o seu êxito acadêmico (Quadros, 2004).

Há muitos obstáculos interligados à educação de qualidade para surdos evidenciando questões relacionadas à formação de professores, à adaptação curricular, à infraestrutura e à conscientização da sociedade sobre as demandas dessa comunidade. Nas palavras de Silva *et al.* (2025 p. 7), a educação de surdos enfrenta inúmeros desafios, entre eles a falta de professores bilíngues e tradutores intérpretes de Libras, o que compromete a mediação pedagógica e a continuidade dos estudos. Somam-se a isso a falta de materiais didáticos adaptados, métodos pouco adequados às especificidades visuais e linguísticas da Libras, além das dificuldades recorrentes no processo de alfabetização em português. Outro problema identificado é a carência de formação docente e de sensibilização para a inclusão, bem como a insuficiência de infraestrutura escolar acessível, fatores que acabam reforçando barreiras pedagógicas e sociais.

Diante do exposto, foi fundamental ouvir os gestores escolares diante dos desafios enfrentados na inclusão de alunos surdos, como a escassez de professores bilíngues, tradutores e intérpretes de Libras, materiais adaptados, métodos de ensino apropriados, além de barreiras estruturais e sociais. Esses gestores vivenciam essas

dificuldades diariamente e têm uma visão abrangente das limitações e potencialidades de suas instituições. A escuta ativa desses profissionais é essencial para descobrir estratégias viáveis, sugerir políticas educacionais mais eficientes e criar caminhos que garantam uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível a todos.

3 METODOLOGIA

Inicialmente, a metodologia aplicada nesta pesquisa foi de cunho bibliográfico, e com uma abordagem qualitativa; em segundo plano, por meio da coleta de dados do público-alvo gestores das escolas do Ensino Fundamental II.

Desta forma, a presente pesquisa teve por finalidade aplicada, a busca de possíveis soluções para a problemática levantada em questão. De acordo com Gil (2010), a pesquisa aplicada tem como objetivo principal gerar conhecimento para solucionar problemas práticos e concretos que afetam as sociedades. Diferentemente da pesquisa básica, que não possui aplicação imediata, a pesquisa aplicada busca soluções para problemas cotidianos. Assim, essa pesquisa buscou compreender e analisar, como os gestores das escolas públicas do município de Rio Branco percebem e atuam diante da inclusão de alunos surdos no Ensino Fundamental II. Assim foi feito um levantamento de informações por meio de formulários online, sobre as condições, práticas e desafios vivenciados no cotidiano escolar, contribuindo para o aprimoramento das políticas e ações inclusivas na rede pública de ensino.

Além disso, o objetivo deste estudo é descritivo. Em um primeiro momento, buscou-se expandir o entendimento sobre o objeto de estudo, baseada em pesquisas realizadas sobre as práticas dos gestores escolares no processo de inclusão como citado na nas palavras de Silva *et al.* (2025 p. 7) estudo que faz uma abordagem sobre os desafios enfrentados na gestão escolar na inclusão do aluno surdo. Ademais, para promoção do estudo foi necessário descrevê-lo e caracterizá-lo de maneira mais detalhada, por meio da coleta e análise de dados que permitissem uma compreensão mais precisa do fenômeno.

Dessa forma, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, desse modo, buscou-se interpretar a realidade a partir da experiência e da visão subjetiva dos participantes da pesquisa— neste caso, os gestores escolares. A abordagem qualitativa é apropriada para compreender fenômenos complexos como a inclusão escolar, respeitando a pluralidade de sentidos e contextos envolvidos. De acordo com Gil (2008), a pesquisa qualitativa tem como finalidade compreender os fenômenos sociais a partir da análise de significados, motivações e características subjetivas dos participantes investigados. Essa metodologia destaca a medição precisa e a análise de dados para descrever e interpretar fenômenos sociais.

Tendo em vista os aspectos mencionados e os procedimentos adotados nessa

pesquisa, aponta Creswell (2007) que existem quatro tipos de métodos de coleta de dados qualitativa: observação, entrevistas, coletas de documentos e material áudio visual. Assim, os procedimentos desta pesquisa teve por método a utilização de questionário por meio de formulário digital conforme descrito nas informações a seguir: revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso, com base em autores como Mantoan (2015), Sasaki (1999), Libâneo (2003), Veiga (2009), Mazzotta (1982), entre outros, além de legislações e políticas públicas referentes à inclusão e à educação de surdos. Primeiramente, a seleção dos participantes foi composta por gestores escolares que atuam ou já atuaram em escolas públicas de Ensino Fundamental II da rede estadual de ensino do município de Rio Branco as quais atendem ou já atenderam estudantes surdos.

Em seguida, a coleta de dados foi feita por meio de formulário digital, elaborado no Google Forms e disponibilizado no grupo de WhatsApp dos gestores, aonde, apenas dois gestores contribuíram para a pesquisa. O formulário continha questões abertas e fechadas, organizadas em blocos temáticos: o perfil do gestor (formação, tempo de atuação, experiências com educação inclusiva); as práticas e estratégias utilizadas para a inclusão de alunos surdos; as dificuldades enfrentadas e percepção sobre recursos disponíveis; e a visão sobre a formação da equipe docente e as políticas públicas locais.

Por fim, a análise dos dados coletados foi realizada e contextualizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitindo a categorização e interpretação dos dados qualitativos, além de eventual sistematização estatística básica das respostas fechadas, com apoio do próprio Google Forms foi possível analisar e compreender as percepções dos gestores quanto à inclusão do aluno surdo no ensino fundamental II. Para isso, foram utilizados na coleta aspectos éticos, como a aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), inserido no início do formulário. Os dados foram tratados com anonimato e sigilo, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas com seres humanos em Ciências Humanas e Sociais.

3.1 DOS PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO, COLETA, SELEÇÃO DOS DADOS

Conforme já citado, anteriormente, a produção e coleta dos dados ocorreram por meio da aplicação de um formulário digital elaborado no Google Forms, com perguntas abertas e fechadas. Esse instrumento foi encaminhado por e-mail institucional e aplicativo de mensagens (como WhatsApp) aos gestores escolares das escolas públicas de Ensino Fundamental II do município de Rio Branco.

O formulário foi dividido em quatro blocos temáticos conforme a descrição abaixo:

- Perfil profissional do gestor – formação, tempo de atuação, participação em cursos de educação inclusiva;
- Experiências com inclusão de alunos surdos – percepção sobre os desafios e práticas utilizadas;
- Recursos disponíveis na escola – presença de intérprete de Libras, materiais adaptados, apoio pedagógico especializado;
- Políticas e apoio da rede pública – visão sobre a atuação da Secretaria de Educação e acesso a formações ou orientações técnicas.

O link para acesso ao formulário foi enviado com uma mensagem explicativa e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) digital, assegurando que a participação fosse voluntária, com garantia de sigilo e anonimato. O formulário esteve disponível por um período determinado de 30 dias, com a possibilidade de prorrogação caso o número de respostas não fosse suficiente, o que de fato aconteceu. Assim, o formulário ficou disponível por mais 30 dias, perfazendo um total de dois meses.

A seleção de dados, após a coleta, foram organizados e analisados da seguinte forma: primeiro, as respostas fechadas foram sistematizadas em gráficos e tabelas com auxílio das ferramentas do Google Forms e/ou planilhas eletrônicas (Excel), permitindo uma leitura quantitativa básica; segundo, as respostas abertas foram examinadas por meio da análise de conteúdo, com ênfase na categorização dos dados, realizada conforme os procedimentos propostos por Bardin (2016) que envolvem a leitura flutuante, a identificação de núcleos de sentido e a interpretação dos discursos dos participantes. E terceiro, a seleção final dos dados considerou os

conteúdos mais representativos em relação ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos, respeitando a diversidade de experiências relatadas pelos gestores.

4 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS GESTORES SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

4.1 ATITUDES E OPINIÕES DOS GESTORES

A pesquisa foi conduzida por meio de um formulário *online* (Google Forms) e contou com a participação de dois gestores escolares, denominados Gestor A e Gestor B. Ambos exercem funções na administração de escolas públicas de Ensino Fundamental II. Os dados mostram que todos os participantes ocupam a posição de diretor(a), o que confere importância às respostas, já que esses profissionais desempenham um papel fundamental na estruturação pedagógica e administrativa, bem como na aplicação de políticas inclusivas no ambiente escolar. Vejamos o excerto 1.

Excerto 1: Sobre Formação Inicial e Específica

Qual sua formação inicial?	Você possui alguma formação específica em Educação Inclusiva?	Se sim, qual?
Licenciatura em outra área	não	
Licenciatura em outra área	sim	Especialização em Educação Especial na perspectiva inclusiva

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

No Bloco I do formulário sobre o perfil dos gestores, foram feitas as seguintes perguntas: “Qual a sua formação inicial?” e “Você possui alguma formação específica em educação inclusiva?”. Sobre a formação inicial, ambos os gestores informaram ter licenciatura em diferentes áreas (Biologia e História). Acerca da formação específica em educação inclusiva, apenas um dos gestores escolares afirmou ter Especialização *Lato Sensu* em Educação Especial com enfoque inclusivo. Esse dado revela uma

situação típica quanto à desigualdade na formação continuada dos gestores e professores. Segundo Libâneo (2013), a formação de professores deve auxiliar o educador a ajustar suas práticas didáticas às novas realidades sociais e diversidades presentes na escola, o que é condição para o desenvolvimento de práticas verdadeiramente inclusivas.

De acordo com Mantoan (2015), para que a inclusão escolar seja efetivada, é necessário que os gestores reconheçam a diversidade como um componente fundamental da escola. A formação continuada é um fator crucial para que a gestão possa implementar mudanças tanto estruturais quanto pedagógicas. Nesse contexto, a falta de formação específica de um dos gestores destaca a importância de investir em treinamento voltado para a educação inclusiva.

Desta forma, tanto professores quanto gestores devem investir na sua formação continuada, conforme dados do Ministério da Educação (MEC) no ano 2025. Por meio da Universidade Federal do Acre (UFAC), foram ofertadas 1200 vagas em três cursos de aperfeiçoamento na modalidade de educação a distância (EaD), vinculados ao Programa Transversalizar na Educação Inclusiva. O que revela que a oferta desses cursos ajuda no processo da capacitação desses profissionais. Ainda cabe ressaltar, que os profissionais recebem o Prêmio Anual de Valorização e Desenvolvimento Profissional (VDP) como um incentivo para essas formações continuadas. Vejamos o próximo excerto.

Excerto 2: Sobre Tempo de atuação

Há quanto tempo atua na gestão escolar?	Já atuou diretamente com alunos surdos em sua escola?
1 a 5 anos	Sim
1 a 5 anos	Sim

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

Quanto ao tempo de atuação na gestão escolar, ambos os gestores escolares (A e B) possuem entre 1 e 5 anos de experiência, o que indica que se encontram em fase de consolidação profissional na função. Eles também afirmaram já terem atuado diretamente com alunos surdos, demonstrando envolvimento direto com situações concretas de inclusão. Neste bloco, foram feitas as seguintes perguntas discursivas aos gestores: “Vocês já atuaram com alunos surdos em sua escola?” Se, sim descrever a experiência: ambos revelaram atitudes positivas em relação à inclusão de alunos surdos, sendo a experiência descrita como “boa” e como “um aprendizado novo”. Essa postura dialoga com Sassaki (1999), ao afirmar que a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo de aprendizagem institucional, no qual a escola se transforma para atender às necessidades de todos os estudantes, e não o contrário. Sigamos para análise do próximo bloco temático.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO

Ainda no primeiro bloco deste estudo foi tratado sobre as percepções dos gestores em relação à inclusão escolar, com as seguintes perguntas: “Já atuou diretamente com alunos surdos em sua escola?” e “Se sim, descreva brevemente essa experiência”. Assim foram obtidas as seguintes respostas: Gestor A “*sim, foi uma experiência boa. Foi um aprendizado novo.*” e Gestor B “*sim, tivemos um aluno*

matriculado no 9º ano em 2025". O relato do Gestor B, evidencia que o mesmo teve uma experiência com um aluno ao passo em que a escola mencionada pelo gestor tem se esforçado para assegurar o acesso e a permanência desses alunos no ensino regular, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva. Conforme o excerto a seguir:

Excerto 3: Sobre percepção dos gestores

Já atuou diretamente com alunos surdos em sua escola?	Se sim, descreva brevemente essa experiência:
Sim	Foi uma experiência boa. Foi um aprendizado novo.
Sim	Tivemos um aluno matriculado no 9º ano em 2025

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

No tocante à resposta do Gestor A, ao descrever a experiência como um "aprendizado novo", demonstra entender que a inclusão não é um processo instantâneo, mas sim algo que se desenvolve ao longo do tempo, por meio de vivências, desafios e reflexões. Skliar (2006) enfatiza que a inclusão de alunos surdos requer uma mudança de perspectiva em relação à diferença, superando visões assistencialistas e considerando o diagnóstico clínico como uma diferença cultural e linguística.

Apesar de apenas um dos gestores relatar ter formação específica na área durante a pesquisa, ambos mostram uma percepção favorável à inclusão. Isso sugere uma predisposição institucional positiva, embora com limitações em termos de formação e estrutura. Segundo Mantoan (2006), a atitude da administração escolar é fundamental para a criação de uma escola inclusiva, uma vez que é responsabilidade do gestor criar condições de trabalho, fomentar práticas de colaboração e assegurar o acesso a recursos humanos e pedagógicos apropriados.

Assim, os dados analisados indicam que os gestores participantes reconhecem a importância de incluir alunos surdos, entendendo-a como um processo de aprendizado coletivo e institucional. Contudo, também destacam a importância de reforçar a formação continuada, principalmente no que diz respeito à educação

bilíngue e às particularidades da educação de surdos, a fim de que as práticas inclusivas sejam implementadas de forma mais consistente e justa. Passamos para a análise do próximo bloco temático.

4.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GESTORES ESCOLARES PARA PROMOVER A INCLUSÃO

4.3.1 Práticas pedagógicas e recursos utilizados

A partir da análise do questionário do Bloco 2 – Práticas e Estratégias de Inclusão, percebeu-se que apenas uma das escolas dos entrevistados possui a matrícula ativa de um estudante surdo. Esse dado evidencia que, embora a presença do aluno surdo ainda não seja uma realidade em todas as instituições, a temática da inclusão se faz necessária, considerando o direito universal à educação e o princípio da escola inclusiva.

Em relação às estratégias pedagógicas empregadas, foram feitos aos gestores os seguintes questionamentos: “Quais estratégias sua escola utiliza para promover a inclusão de alunos surdos?”. “Opções (Você pode marcar mais de uma): intérprete de Libras em sala, professores capacitados em Libras, materiais adaptados (visuais, digitais), planejamento pedagógico colaborativo, atividades inclusivas no projeto político-pedagógico, outro: ” Vejamos o excerto.

Excerto 4: Estratégias Pedagógicas

Quais estratégias sua escola utiliza para promover a inclusão de alunos surdos? (Você pode marcar mais de uma opção)
Intérprete de Libras em sala
Intérprete de Libras em sala;Materiais adaptados (visuais, digitais);Planejamento pedagógico colaborativo

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

Ambos os gestores responderam que o intérprete de Libras em sala de aula é o recurso mais utilizado. Esse resultado destaca a importância do intérprete como mediador linguístico no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo, assegurando que ele tenha acesso à comunicação e aos conteúdos curriculares (Quadros, 2004).

O estudo realizado apontou que um dos gestores relatou o uso de materiais adaptados, especialmente recursos visuais e digitais, bem como o planejamento pedagógico colaborativo. Essas práticas estão em consonância com a literatura, que destaca a importância de metodologias visuais e de adaptações pedagógicas que respeitem a especificidade linguística da pessoa surda, cuja língua natural é a Libras, de modalidade visual-espacial (Lacerda; Santos, 2013).

No entanto, a falta de atividades inclusivas organizadas no Projeto Político-Pedagógico (PPP), demonstra que nenhum dos respondentes indicou essa opção. Segundo Veiga (2009), a formação continuada deve estar integrada ao projeto político-pedagógico (PPP) da instituição de ensino, caracterizando-se como uma atividade coletiva, constante e contextualizada.

4.3.2 Parcerias e ações de apoio

Na entrevista com os gestores escolares, foram postas as seguintes questões: “Descreva uma prática que você considera bem-sucedida em sua escola para a inclusão de alunos surdos” e explique “Como você avalia o apoio recebido da equipe pedagógica e da comunidade escolar para a inclusão de alunos surdos?” A esse respeito, tem-se as seguintes percepções dos gestores, conforme enunciado no excerto abaixo:

Excerto 5: Prática bem-sucedida

Descreva uma prática que você considera bem-sucedida em sua escola para a inclusão de alunos surdos:

A interação do aluno surdo com os demais alunos.

Tivemos o apoio do Departamento de Educação Especial por meio do CAS, onde foram realizados encontros na sala de aula onde o aluno estava matriculado para formação em Libras. Uma vez por semana. Além disso o AEE e a professora intérprete deram apoio aos professores regentes na elaboração de atividades adaptadas.

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

As respostas discursivas destacam a importância de colaborar com serviços especializados, particularmente com o Centro de Apoio ao Surdo (CAS) e com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo o relato do Gestor B, foram realizados encontros semanais para capacitação em Libras na própria sala de aula, além do suporte do AEE e do tradutor intérprete de Libras na criação de atividades adaptadas.

Essas medidas estão em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Essa política estabelece que o AEE como um serviço fundamental para remover obstáculos pedagógicos e promover a participação integral dos estudantes que são o público da educação especial no ensino regular.

Outro ponto importante destacado pelos participantes diz respeito à interação do estudante surdo com os demais alunos, o que é visto como uma prática eficaz no ambiente escolar. Essa interação ajuda não só no crescimento acadêmico, mas também no fortalecimento das relações sociais e na formação da identidade do aluno surdo. De acordo com Vygotsky (1998), o aprendizado se dá por meio das interações sociais, tornando-se essencial que o estudante esteja em um ambiente que promova a colaboração e a inclusão. Vejamos a análise do bloco temático seguinte.

4.3.3 Formação e capacitação de professores

Em relação à formação docente, os dados mostram uma lacuna considerável, pois nenhum dos entrevistados mencionou a presença de professores qualificados em Libras. Esse resultado mostra que a inclusão do aluno surdo ainda depende, em grande parte, do intérprete de Libras, o que pode restringir a interação direta entre professor e aluno. Acerca disso, o Centro de Idiomas da Universidade Federal do Acre (Ufac) ofertou cursos de extensão em Libras ao longo de 2024, incluindo turmas no primeiro e segundo semestres, nos municípios de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasileia de forma semipresencial realizados nos fins de semanas. Foram ofertadas 400 vagas e foi concluído com 50 cursistas, com a carga horária de 90h, como requerem os cursos de aperfeiçoamento. Dado que revela a baixa procura por parte dos docentes.

A literatura indica que um dos maiores desafios da educação inclusiva é a formação inicial e continuada dos docentes. De acordo com Lacerda (2011), o domínio, mesmo que básico da Libras pelos professores permite maior liberdade pedagógica e promove práticas mais inclusivas e dialógicas. Assim, as ações de formação em Libras mencionadas pelos participantes são consideradas iniciativas relevantes, mas insuficientes, evidenciando a demanda por políticas contínuas de capacitação.

Ainda sobre a formação continuada foi feita a seguinte pergunta aos gestores: “Há formação continuada para os profissionais de sua escola sobre educação inclusiva e Libras?”. O Gestor A respondeu que “sim”, já o Gestor B respondeu: “em planejamento”.

Portanto, não foram recebidas respostas que indicassem a completa ausência desse tipo de formação, conforme o excerto 6:

Excerto 6: formação continuada

Há formação continuada para os profissionais de sua escola sobre educação inclusiva e Libras	
Sim	
Em planejamento	

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

Esses dados indicam que a escola valoriza a formação continuada focada na educação inclusiva e em Libras, mas ainda estão em fase de consolidação essas iniciativas de formação. O fato de metade das respostas indicar que a formação está apenas em planejamento sugere que as práticas inclusivas ainda não foram totalmente incorporadas à rotina escolar.

Segundo Mantoan (2015), a educação inclusiva requer uma transformação estrutural na escola, o que implica, necessariamente, na formação continuada dos profissionais da educação. Para a autora, a simples presença de alunos que são o público da educação especial não é suficiente; é fundamental que os professores e outros profissionais estejam capacitados para lidar com a diversidade, respeitando as diferenças e implementando práticas pedagógicas que assegurem a aprendizagem de todos. Nesse contexto, o resultado do gráfico mostra um movimento inicial positivo, porém ainda não é suficiente para garantir uma inclusão eficaz.

Em relação à Libras, a formação continuada desempenha um papel essencial para assegurar o direito linguístico dos alunos surdos, conforme estabelecido na legislação brasileira. A falta ou insuficiência dessa formação pode afetar a comunicação, a participação e o progresso educacional desses alunos, perpetuando práticas excludentes, mesmo que de maneira não intencional.

Quando a formação é vista apenas como um planejamento, há o perigo de que ela não seja realizada de forma sistemática ou que não atenda às necessidades reais da comunidade escolar. Assim, o estudo indica a importância de consolidar a formação continuada como uma política institucional, em vez de tratá-la apenas como uma intenção futura.

Assim, a análise deste estudo sugere que a escola se preocupa com a educação inclusiva e com a Libras, mas ainda enfrenta obstáculos para converter essa preocupação em práticas de formação eficazes e duradouras. Mantoan (2015) e Veiga (2009) afirmam que, para consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva, é necessário investir continuamente na formação dos profissionais, alinhando-a ao projeto pedagógico e às necessidades reais dos alunos.

4.4 DESAFIOS ENFRENTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

4.4.1 Barreiras institucionais e estruturais

No Bloco 3 do formulário, foi feita a seguinte pergunta a respeito das dificuldades que os gestores enfrentam para incluir alunos surdos: "Quais são os principais desafios enfrentados para garantir a inclusão de alunos surdos?" e as seguintes respostas foram registradas:

Excerto 7: Desafios enfrentados na inclusão

Quais são os principais desafios enfrentados para garantir a inclusão de alunos surdos?
Manter o aluno na escola sem faltar as aulas
Comunicação, pouca preparação dos professores para trabalhar com educação bilíngue, ausência de mais formações continuadas para aperfeiçoar esse conhecimento, infraestrutura.

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

As respostas analisadas indicam que ainda existem obstáculos de natureza estrutural, pedagógica e formativa para a inclusão de alunos surdos nas escolas. A dificuldade de comunicação é um dos principais desafios identificados, sendo um aspecto fundamental no processo de ensino-aprendizagem, especialmente quando a instituição de ensino não está preparada para atender às particularidades linguísticas

dos alunos surdos. A falta de uma proposta sólida de educação bilíngue, combinada com a preparação inadequada dos docentes, prejudica a eficácia do ensino e da aprendizagem.

Segundo Libâneo (2013), a qualidade do processo educacional está diretamente ligada à formação dos professores, às condições de trabalho e à estrutura pedagógica da instituição de ensino. Nesse contexto, a falta de formações continuadas focadas na educação inclusiva e no uso da Libras enfraquece a prática pedagógica, tornando mais difícil a mediação do conhecimento e a participação ativa dos estudantes surdos. O autor destaca que o docente precisa de uma formação teórica e prática constante para atender às necessidades da diversidade no ambiente escolar.

Em relação à infraestrutura, foi feita a seguinte pergunta: "Comente sobre os recursos que você considera mais urgentes ou necessários." As respostas foram as seguintes:

Excerto 8: Sobre os recursos

Comente sobre os recursos que você considera mais urgentes ou necessários:
A Escola dispões de internet, Datashow, tela de projeção em todas as salas de aulas
Mais recursos humanos especilizados, infraestrutura mais adequada à comunicação visual, mais ações de sensibilização da comunidade escolar sobre surdez e libras. Formações continuadas

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

As respostas relacionadas aos recursos considerados mais urgentes ou essenciais para a inclusão de alunos surdos evidenciam a necessidade de progressos nos aspectos humanos, estruturais e pedagógicos. Em primeiro lugar, destaca-se a necessidade de profissionais qualificados, como docentes especializados em educação bilíngue e especialistas em Libras, o que enfatiza a relevância de uma

mediação pedagógica competente no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Libâneo (2013), o trabalho docente é fundamental para a prática educativa, e é essencial que o professor tenha uma formação adequada e condições que promovam a aprendizagem dos estudantes. Nesse contexto, o pedido por formações continuadas demonstra a percepção de que a inclusão eficaz requer a atualização constante dos profissionais da educação, particularmente no que diz respeito às particularidades culturais e linguísticas da libras.

Outro aspecto importante abordado diz respeito à necessidade de uma infraestrutura escolar que favoreça a comunicação visual, um elemento essencial para que os alunos surdos possam acessar o conhecimento. Apesar de uma das respostas afirmar que a escola possui recursos tecnológicos, como internet, datashow e tela de projeção em todas as salas de aula, é importante ressaltar que a mera disponibilização desses equipamentos não assegura, por si só, uma prática pedagógica inclusiva. De acordo com Libâneo (2013), os recursos materiais precisam estar alinhados a objetivos pedagógicos definidos e a metodologias apropriadas, a fim de otimizar o processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, as respostas enfatizam a relevância de iniciativas para conscientizar a comunidade escolar sobre o aluno surdo e a Libras. Essas iniciativas ajudam a criar uma cultura escolar inclusiva, baseada no respeito à diversidade e na superação de obstáculos atitudinais. Libâneo (2013) afirma que a escola é um ambiente destinado à formação humana e social, e deve cultivar valores que incentivem a participação e o crescimento de todos os estudantes.

Assim, os dados analisados mostram que, apesar de haver recursos tecnológicos disponíveis, é fundamental investir no aumento de profissionais qualificados, na adaptação da infraestrutura às necessidades visuais dos alunos surdos, na formação continuada dos professores e na conscientização da comunidade escolar. De acordo com a concepção educacional defendida por Libâneo, esses elementos são essenciais para que a escola desempenhe sua função social e pedagógica.

4.4.2. Dificuldades na formação de professores

As informações do Bloco 4 – Sobre a formação Docente e Políticas Públicas mostram que a capacitação da equipe docente para a inclusão de alunos surdos é considerada de maneira diversa, recebendo a classificação de mediana pelo Gestor

A e de boa pelo Gestor B (conforme o excerto 9).

Excerto 9: Avaliação sobre a formação da equipe docente.

Como você avalia a formação da equipe docente de sua escola quanto à inclusão de alunos surdos?
Boa
Mediana

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

Essa discrepância sugere que, apesar das iniciativas de formação, elas ainda não são adequadas ou consistentes o suficiente para proporcionar segurança pedagógica aos docentes no atendimento aos alunos surdos.

A presença de respostas que destacam a formação continuada como uma ação existente, mas ao mesmo tempo indicam sua expansão como uma necessidade urgente, evidencia uma fragilidade persistente na política de formação docente: a falta de continuidade e a não obrigatoriedade para toda a rede.

A esse respeito Libâneo (2013) enfatiza que a formação de docentes deve ser contínua, crítica e integrada à prática escolar, principalmente, em face de demandas complexas, como a educação inclusiva. Segundo o autor, não é suficiente oferecer cursos pontuais; é preciso um projeto de formação sólido, contextualizado e alinhado às necessidades reais da escola. Vejamos o excerto a seguir:

Excerto 10: Avaliação políticas públicas

Em sua opinião, o que falta nas políticas públicas locais para garantir uma inclusão efetiva dos alunos surdos?

Conscientização e mais envolvimento dos responsáveis na escola

Cito a implementação efetiva da educação bilíngue, profissionais de intérprete de libras no quadro efetivo suficiente para atender a demanda. Promoção de formação Continuada para toda a rede obrigatório e permanente com essa temática.

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

Nesse contexto, as respostas que destacam a importância de uma implementação eficaz da educação bilíngue, além da expansão do número de tradutores intérpretes de Libras, corroboram a percepção de que a formação dos professores ainda é fragmentada, sem assegurar a compreensão dos princípios linguísticos, culturais e pedagógicos da educação de surdos. De acordo com Mantoan (2015), a inclusão só se torna realidade quando o docente se vê como protagonista do processo, adequadamente capacitado para lidar com a diversidade, e não somente como implementador de políticas externas.

Desse modo, os dados indicam que o desafio na formação de professores não se resume apenas à falta de cursos, mas à ausência de uma política estruturada, contínua e integrada que inclua todos os profissionais da escola. Ainda nesta perspectiva, sobre a formação docente e as Políticas Públicas mostram que a capacitação da equipe docente para a inclusão de alunos surdos, foi feita a seguinte pergunta aos gestores:

Excerto 11: Políticas públicas na inclusão

Quais políticas públicas ou ações da gestão pública têm contribuído para a inclusão?

Formação continuada.

Posso citar algumas ações legais: Lei 10.436/2002; a Lei brasileira de inclusão (Lei 13.146/2015) e a Política nacional de Educação Especial de 2008. Sobre as ações posso citar o trabalho desenvolvido pelo CAS - Centro de Atendimento ao Surdo e também o AEE.

Fonte: Dados do Pesquisador (2026)

As respostas dadas pelos gestores conferem que as políticas públicas e as iniciativas da administração pública têm desempenhado um papel importante na inclusão, por meio do aprimoramento contínuo dos profissionais da educação e do suporte legal assegurado por leis específicas.

São notáveis a Lei n.º 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras); a Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146/2015, que garante direitos às pessoas com deficiência; e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que direciona práticas educacionais inclusivas. Ademais, iniciativas práticas, como as ações do Centro de apoio ao Surdo (CAS) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), reforçam o acesso, a permanência e o aprendizado dos alunos, fomentando uma educação mais justa e inclusiva.

4.5 QUESTÕES RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA E RECURSOS

Em relação à infraestrutura e recursos, os gestores destacam progressos significativos, como a atuação do Centro de Apoio ao Surdo (CAS), do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do suporte da Secretaria Estadual de Educação, que disponibiliza profissionais e oferece acompanhamento técnico. Esses fatores indicam a existência de políticas públicas em operação, em conformidade com a

legislação atual, incluindo a Lei n.º 10.436/2002, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

No entanto, as respostas também revelam restrições estruturais, especialmente em relação à quantidade inadequada de tradutores intérpretes de Libras no quadro efetivo, à demanda por salas de recursos multifuncionais devidamente equipadas e à necessidade de expandir as iniciativas de conscientização voltadas à comunidade escolar e às famílias. Veiga (2009) enfatiza que a implementação de políticas educacionais depende não só de sua existência legal, mas também das condições materiais, organizacionais e humanas que sustentam o trabalho pedagógico diário.

Ademais, o foco dos gestores escolares em estratégias como metodologias visuais, planejamento colaborativo, metodologias ativas e aulas mais dinâmicas demonstra um esforço para superar restrições estruturais por meio de práticas pedagógicas inovadoras. No entanto, segundo Mantoan (2015), a responsabilidade pela inclusão não pode ser apenas um esforço individual dos docentes; é necessário que haja investimentos constantes em recursos, acessibilidade e condições de trabalho apropriadas.

Assim, a infraestrutura atual, apesar de importante, ainda é inadequada para garantir uma inclusão completa, especialmente, se não houver investimentos contínuos e aumento dos recursos humanos especializados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo geral investigar as percepções e estratégias dos gestores escolares em relação à inclusão de alunos surdos, buscando compreender suas atitudes, desafios e boas práticas nesse processo. Diante dos dados analisados, foi possível constatar que os gestores escolares reconhecem a inclusão de alunos surdos como um elemento fundamental para a construção de uma escola mais justa, democrática e comprometida com o direito à educação para todos. Entretanto, também se evidenciou uma distância significativa entre os direitos legalmente assegurados e a efetivação das práticas inclusivas no cotidiano escolar.

Diante disso, o estudo verificou que um dos maiores desafios enfrentado pelos gestores escolares está relacionado à formação continuada dos docentes, que ainda é insuficiente e pouco sistematizada, e nas condições estruturais e de recursos humanos, principalmente, no que diz respeito à disponibilidade de profissionais tradutores intérpretes de Libras e à consolidação da educação bilíngue (modalidade de ensino que assegura o uso de duas línguas no processo educativo, garantindo aos estudantes surdos a Libras como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Esses desafios reforçam as considerações de Libâneo (2013), Veiga (2009) e Mantoan (2015), ao indicarem que a inclusão requer transformações significativas na estrutura escolar, na capacitação dos profissionais e na administração das políticas públicas.

Sobre as estratégias adotadas pelos gestores escolares para promover a inclusão do aluno surdo na escola, conforme apontou o estudo, tradutor intérprete de libras é recurso mais utilizado na sala de aula. Assim, como recursos visuais e digitais com planejamento colaborativo. Porém, no tocante às atividades inclusivas descritas no projeto político-pedagógico conforme levantamento da pesquisa ainda é algo não frequente.

Ao analisar as principais práticas inclusivas desenvolvidas para o acesso e a permanência dos alunos surdos, constatou-se que essas práticas ainda não se encontram plenamente consolidadas, visto que a ausência de uma política institucional sistematizada e contínua compromete a efetividade das ações inclusivas, reforçando a necessidade de mudanças estruturais na organização escolar, conforme apontam Libâneo (2013), Veiga (2009) e Mantoan (2015).

Assim, os resultados mostraram que a inclusão efetiva de alunos surdos não se limita ao cumprimento da legislação atual, mas também à criação de uma cultura escolar genuinamente inclusiva. Esse processo exige políticas públicas sólidas, investimentos em infraestrutura, capacitação contínua dos profissionais da educação e reforço da participação das famílias e da comunidade escolar. Apenas por meio dessa articulação poderemos assegurar o direito a uma educação de qualidade e fomentar a permanência e o êxito escolar dos estudantes surdos.

Contudo, esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar o assunto em questão, mas, partir de uma reflexão a respeito do assunto em tela, possam surgir mais estudos que ampliem o debate em torno dessa temática, e que surjam mais pesquisas nessa direção voltados para a acessibilidade dos alunos surdos na educação básica do município de Rio Branco - Acre.

REFERÊNCIAS

BARDIN, LAURENCE. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**. SÃO PAULO: EDIÇÕES 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/d5626>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Política **Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica_educespecial.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação/SEESP. **Declaração de Salamanca**. Brasília, DF, 1994a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CHAVES, Laila Suellen Santana; SOUSA, Josiano César de; SOUZA, Igor Padilha de. **O papel da gestão escolar na construção da escola inclusiva**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4., 2020, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2020. E-book. p. 1026–1040. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73851>. Acesso em: 04 jul. 2025.

CRESWELL, John William. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Cristina B. F.; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EDUFSCar, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Educação de Surdos: processos educativos e práticas pedagógicas**. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é, Por que, Como fazer?** São Paulo. Editora Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e Diferenças na Escola**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o assunto**. Campinas: Autores Associados, 1988.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1982.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Taynan Alécio da; SANTOS, Carlos Eduardo de Sousa; PEREIRA, Andreson Charles Oliveira; LOPES, Munique Dorneles; BEZERRA, Giovana Cristina de Campos; CAMPOS, Danyella Barbosa de Moraes. **Educação inclusiva para surdos: desenvolvimento de práticas transformadoras no ensino**. Eduinterpe, v. 1, n. 3, 2025. p. 4- 7.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: **Uma Introdução às Teorias do Currículo**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

UZÊDA, Sheila de Quadros. **Educação Inclusiva** [componente curricular do Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento EaD – UFBA/SEAD/UAB]. Salvador: SEAD/UFBA, 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2009.

VEIGA, Lúgia Correa Lustosa da. **O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. 2014. 50 f. Monografia (Especialização em Gestão Escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/9198>. Acesso em: 18 ago. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Letras Libras
U F A C

**Pesquisa "A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES DO MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO FRENTE À INCLUSÃO DO
ALUNO SURDO NO ENSINO
FUNDAMENTAL II"**

1.

Convite para participar da pesquisa

Convidamos você para participar da pesquisa **A percepção dos gestores do município de Rio**

Branco frente à inclusão do aluno surdo no ensino fundamental II, que tem como

pesquisador responsável Antônio do Nascimento Silva, o qual pode ser contatado

por meio do telefone (68) 992138668.

Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para

sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação. Se você se

sentir esclarecido e aceitar o convite para participar da pesquisa, solicitamos

que assine a última página e rubrique as demais páginas das duas vias deste

Termo.

2.

Informações sobre a Pesquisa

2.1

A pesquisa "**A percepção dos gestores do município de Rio Branco frente à inclusão do aluno surdo no ensino fundamental II**" caracteriza-se como **qualitativa, de caráter descritivo e exploratório**, pois busca compreender as percepções e experiências dos gestores escolares sobre a inclusão de alunos surdos no ensino fundamental II, sem a intenção de quantificar dados, mas de analisar os significados atribuídos pelos participantes. E se justifica pela necessidade de promover a inclusão escolar de estudantes surdos, no ensino fundamental II, e de certa forma, ajudar nas políticas públicas que possam permear um ensino mais justo e igualitário.

O método de procedimento adotado será o **estudo descritivo**, com abordagem qualitativa. A **técnica de coleta de dados** consistirá na **aplicação de um formulário digital**, elaborado no Google Forms, contendo questões abertas e fechadas, distribuídas em quatro blocos temáticos:

1. Perfil profissional do gestor;
2. Experiências com inclusão de alunos surdos;
3. Recursos disponíveis na escola;
4. Políticas e apoio da rede pública.

Os procedimentos de análise dos dados

seguirão a **técnica de análise de conteúdo**, conforme Bardin (2011), envolvendo as etapas de **pré-análise, categorização, interpretação e inferência**, a fim de identificar os principais temas e percepções emergentes nas respostas dos gestores.

2.2 . A sua

participação é voluntária e consiste em A participação é **voluntária**, e consiste em **responder ao formulário digital**, com duração média de **05 a 10 minutos**. Não serão solicitadas informações pessoais sensíveis, e todas as respostas serão **anônimas e sigilosas**.

Não haverá consulta a prontuários ou bancos de dados institucionais — apenas as informações fornecidas voluntariamente pelo participante serão utilizadas.

2.3 . A população alvo é constituída por **gestores**

escolares (diretores) que atuam no **ensino fundamental II da rede pública**

municipal de Rio Branco, que tenham experiência, direta ou indireta, com a inclusão de estudantes surdos.

2.4 Os dados coletados

serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos.

3. **Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência**

3.1 Esclarecemos que a sua participação na pesquisa poderá lhe causar desconfortos e riscos tais como **leve desconforto emocional** ao refletir sobre desafios ou experiências pessoais relacionadas à inclusão escolar.

Não há riscos físicos, clínicos ou de exposição de identidade.

3.2 Para minimizar ou excluir os riscos da pesquisa, serão tomadas as providências e cautelas:

.

A participação seja totalmente voluntária;

.

O participante possa **interromper sua participação a qualquer momento**, sem qualquer prejuízo;

.

As respostas sejam **mantidas em sigilo absoluto**, com armazenamento seguro e acesso restrito apenas aos pesquisadores.

3.3 Esclarecemos que durante a realização da pesquisa você será acompanhado e assistido podendo **entrar em contato com o pesquisador responsável** para solicitar esclarecimentos ou retirar seu consentimento.

Após o encerramento da pesquisa, os resultados gerais poderão ser **compartilhados com os participantes e instituições envolvidas**, contribuindo para reflexões e ações futuras de inclusão escolar.

3.4 e que após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, você continuará a ser acompanhado, tendo direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couber.

4. Garantias para os participantes da pesquisa

4.1
Você é livre para participar ou não da pesquisa. Se concordar em participar, você poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem sofrer nenhuma penalidade por causa da sua recusa ou desistência de participação.

4.2
Será mantido o sigilo absoluto sobre a sua identidade e a sua privacidade será preservada durante e após o término da pesquisa.

4.3
Você não receberá pagamento e nem terá de pagar pela sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, você será ressarcido pelo pesquisador responsável.

4.4
Caso a pesquisa lhe cause algum dano, explicitado ou não nos seus riscos ou ocorridos em razão de sua participação, você será indenizado nos termos da legislação brasileira.

4.5

Após assinado por você e pelo pesquisador responsável, você receberá uma via deste TCLE.

4.6

A qualquer tempo, você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da sua participação.

Essas

informações e esclarecimentos poderão ser solicitados ao pesquisador responsável Antônio do Nascimento Silva, pelo telefone nº (68) 992138668 e pelo e-mail antonio.nasciment.s@sou.ufac.br

4.7

Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Acre (CEP-UFAC) para solicitar todos e quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. O CEP-UFAC funciona na sede da Ufac, que fica localizado no Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26, telefone 3901-2711, e-mail cep@ufac.br, Rio Branco-Acre, CEP 69.915-900.

4.8

Você, poderá, ainda, entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP pelo telefone (61) 3315-5877 ou pelo e-mail conep@saude.gov.br, para solicitar esclarecimentos e sanar dúvidas sobre a pesquisa ou mesmo para denunciar o não cumprimento dos deveres éticos e legais pelo pesquisador responsável na realização da pesquisa.

5.

Declaração do Pesquisador Responsável

Eu, Antônio do Nascimento Silva, portador do RG 362629 e CPF 79362320282, declaro cumprir todas as exigências éticas contidas nos itens IV. 3 e IV. da Resolução CNS N° 466/2012, durante e após a realização da pesquisa.

* Indica uma pergunta obrigatória

6. Consentimento do participante da pesquisa: depois de ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você concorda em participar da pesquisa? *

Sim, eu concordo em participar da pesquisa.

Não concordo em participar da pesquisa.

⚠ Esta pergunta é obrigatória

Avançar

Limpar formulário

APÊNDICE B - Questionário

Letras Libras
U F A C**Pesquisa "A PERCEPÇÃO DOS
GESTORES DO MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO FRENTE À INCLUSÃO DO
ALUNO SURDO NO ENSINO
FUNDAMENTAL II"**

* Indica uma pergunta obrigatória

BLOCO 1 – PERFIL DO GESTOR

Nome da escola (opcional):

Sua resposta _____

Qual seu cargo atual? *

- Diretor(a)
- Coordenador(a) Pedagógico
- Coordenador(a) de Ensino

Qual sua formação inicial? *

- Licenciatura em Pedagogia
- Licenciatura em outra área
- Bacharelado com licenciatura
- Mestrado
- Doutorado
- Outro: _____

Você possui alguma formação específica em Educação Inclusiva? *

- sim
- não

Se sim, qual?

Sua resposta _____

Há quanto tempo atua na gestão escolar? *

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Já atuou diretamente com alunos surdos em sua escola? *

- Sim
- Não

Se sim, descreva brevemente essa experiência:

Sua resposta _____

[Voltar](#)

[Avançar](#)

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Google Formulários.

Pesquisa "A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II"

* Indica uma pergunta obrigatória

BLOCO 2 – PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO

Sua escola conta com algum aluno surdo matriculado atualmente? *

- Sim
- Não
- Não sei informar

Quais estratégias sua escola utiliza para promover a inclusão de alunos surdos? (Você pode marcar mais de uma opção) *

- Intérprete de Libras em sala
- Professores capacitados em Libras
- Materiais adaptados (visuais, digitais)
- Planejamento pedagógico colaborativo
- Atividades inclusivas no projeto político-pedagógico
- Outro: _____

Descreva uma prática que você considera bem-sucedida em sua escola para a inclusão de alunos surdos:

Sua resposta _____

Como você avalia o apoio recebido da equipe pedagógica e da comunidade escolar para a inclusão de alunos surdos?

Sua resposta _____

[Voltar](#)

[Avançar](#)

[Limpar formulário](#)

Letras Libras

U F A C

Pesquisa "A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II"

* Indica uma pergunta obrigatória

BLOCO 3 – DIFICULDADES E RECURSOS

Quais são os principais desafios enfrentados para garantir a inclusão de alunos surdos? *

Sua resposta

Avalie os recursos disponíveis em sua escola para a inclusão de alunos surdos:

(Escala de 1 a 5, sendo 1 = Muito insuficiente e 5 = Muito satisfatório)

Infraestrutura (salas adaptadas, recursos visuais) Recursos humanos (profissionais capacitados) Formação continuada da equipe docente Apoio da Secretaria de Educação Disponibilidade de intérpretes de Libras

1 2 3 4 5

Comente sobre os recursos que você considera mais urgentes ou necessários: *

Sua resposta

Voltar

Avançar

Limpar formulário

Letras Libras

U F A C

Pesquisa "A PERCEPÇÃO DOS GESTORES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO FRENTE À INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL II"

* Indica uma pergunta obrigatória

BLOCO 4 – FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Como você avalia a formação da equipe docente de sua escola quanto à inclusão de alunos surdos?

Sua resposta _____

Quais políticas públicas ou ações da gestão pública têm contribuído para a inclusão? *

Sua resposta _____

Em sua opinião, o que falta nas políticas públicas locais para garantir uma inclusão efetiva dos alunos surdos?

Sua resposta _____

Deseja deixar algum comentário adicional sobre o tema ou sugestão que possa contribuir para a melhoria da inclusão de alunos surdos? Sala de recurso multifuncional, Se tem intérpretes de Libras e Professor bilingue *

Sua resposta _____

Há formação continuada para os profissionais de sua escola sobre educação inclusiva e Libras *

- Sim
- Não
- Em planejamento

Quais as estratégias pedagógicas são utilizadas para favorecer a aprendizagem dos alunos surdos *

Sua resposta

Que tipo de apoio a escola recebe da Secretaria Estadual de Educação para promoção da inclusão em sua escola

Sua resposta

Você acredita que a inclusão de alunos surdos contribui para a formação de uma escola mais justa e democrática *

- Sim
- Não
- Em parte, justifique:
- Outro: _____

Obrigado pela participação!

[Voltar](#)

[Enviar](#)

[Limpar formulário](#)